

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.636.262 - SP (2019/0368086-9)

RELATOR : MINISTRO PRESIDENTE DO STJ
AGRAVANTE : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO
AGRAVADO : FAZENDA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PROCURADORE : MARCUS VINICIUS ARMANI ALVES - SP223813
S
BRUNO BARROZO HERKENHOFF VIEIRA - SP300906
INTERES. : SUELI DO COUTO
ADVOGADO : SEM REPRESENTAÇÃO NOS AUTOS - SE000000M

DECISÃO

Trata-se de agravo apresentado pelo MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO contra a decisão que não admitiu seu recurso especial.

O apelo nobre, fundamentado no art. 105, inciso III, alínea "a", da CF/88, visa reformar acórdão proferido pelo TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO, assim resumido:

AÇÃO CIVIL PÚBLICA. SAÚDE. Beneficiários portadores de câncer. Legitimidade passiva do Estado de São Paulo. Pretensão ao fornecimento de tratamento com radioterapia. Sentença de procedência. Multa diária fixada em valor excessivo. Redução. Necessidade.

Recurso parcialmente provido para reduzir o valor da multa para R\$ 100,00/dia, até o limite de 30 dias.

Alega violação do art. 461, § 5º, do CPC/73, no que concerne à necessidade de afastamento do limite temporal das astreintes anteriormente fixadas, trazendo os seguintes argumentos:

No caso em testilha, o acórdão recorrido deixou de fundamentar a limitação temporal da incidência de astreintes, afrontando, desta maneira, a regra do artigo 461, § 5º, do CPC. (fl. 242).

Os pacientes em favor dos quais o Ministério Público pediu o fornecimento de tratamento de radioterapia, medicamentos e insumos são portadores de grave doença, a saber, câncer.

A multa objetiva assegurar o cumprimento da decisão judicial, e, por conseguinte, resguardar o direito à saúde.

Por isso, foi ela mantida no v. acórdão ora guerreado. Porém, se for limitada ao período de 30 (trinta) dias, somente neste espaço de tempo haverá sanção imposta à Fazenda do Estado de São Paulo para a hipótese de descumprimento da obrigação. Após esse prazo, haverá sério risco de a ré vir a descumpri-la, por ausência de sanção. Não faz sentido, portanto, a limitação em apreço.

Superior Tribunal de Justiça

A limitação questionada equivale a afastar a aplicação da multa após o período de 30 (trinta) dias, de modo a afrontar a regra do art. 461, § 5º, do Código de Processo Civil, a qual estabelece que, na ação que tenha por objeto o cumprimento de obrigação de fazer (hipótese dos autos) ou não fazer, para a efetivação da tutela específica, poderá o juiz determinar as medidas necessárias, tais como a imposição de multa por tempo de atraso no cumprimento da obrigação fixada judicialmente.

A disposição legal em tela não impõe limite temporal para a incidência da multa (astreinte), em caso de descumprimento de obrigação de fazer ou não fazer, quando o inadimplente for pessoa jurídica de direito público, como, por exemplo, a Fazenda Pública Estadual, tal como se dá na espécie. (fl. 243).

É o relatório. Decido.

Na espécie, incide o óbice da Súmula n. 211/STJ, uma vez que a questão a respeito da fundamentação da limitação temporal das astreintes não foi examinada pela Corte de origem, a despeito da oposição de embargos de declaração. Assim, ausente o requisito do prequestionamento.

Nesse sentido: AgRg nos EREsp n. 554.089/MG, relator Ministro Humberto Gomes de Barros, Corte Especial, DJ de 29/8/2005; AgInt no AREsp n. 1.264.021/SP, relator Ministro Ricardo Villas Bôas Cueva, Terceira Turma, DJe de 1º/3/2019; e REsp n. 1.771.637/PR, relator Ministro Herman Benjamin, Segunda Turma, DJe de 4/2/2019.

Ante o exposto, com base no art. 21-E, V, do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça, **conheço do agravo para não conhecer do recurso especial.**

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 23 de março de 2020.

MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA
Presidente